

SUSTENTABILIDADE SOCIAL: REFLEXÕES EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

*SOCIAL SUSTAINABILITY: REFLECTIONS IN SEARCH OF ONE MORE JUST
SOCIETY*

*Felipe da Veiga Dias**

*Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino ***

Resumo: O presente estudo parte do tema da Sustentabilidade, com ênfase na sua perspectiva social. Apresenta-se como problema de pesquisa a tentativa de determinar qual a concepção de Sustentabilidade social e se essa construção da sustentabilidade traria a imposição de uma rearticulação do modelo de vida humana no planeta. Essas indagações apontam ao objetivo principal que é definir as noções da Sustentabilidade social e, por conseguinte, como isso afetaria o modo de vida humana no planeta. O trabalho se organiza em duas partes, sendo a primeira delas dedicada à Sustentabilidade de forma ampla, a fim de compreender as bases e diferenciações que essa matriz detém com construções próximas, como no caso do desenvolvimento sustentável, para somente em um segundo ponto se adentrar nas nuances da Sustentabilidade social e as modificações que esta pode trazer consigo. Por fim, a metodologia empregada compreende uma abordagem fenomenológico-hermenêutica, um método de procedimento monográfico e técnica de pesquisa por documentação indireta.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Sustentabilidade Social; Desenvolvimento.

* Pós-doutor em Ciências Criminais pela PUC/RS. Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) com período de Doutorado Sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Meridional (IMED) – Mestrado. Professor do curso de Direito da Faculdade Meridional (IMED) – Passo Fundo – RS. Brasil. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Criminologia, Violência e Sustentabilidade Social”. Advogado. Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil.

** Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado – em Direito da Faculdade Meridional – IMED. Pesquisador da Faculdade Meridional. Membro da Rede para o Constitucionalismo democrático latino-americano. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas, Contingência e Técnica na linha de pesquisa Norma, Sustentabilidade e Cidadania da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Membro associado do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito - CONPEDI. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ética, Cidadania e Sustentabilidade no Programa de Mestrado em Direito (PPGD) da Faculdade Meridional - IMED. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Culturais e Pluralismo Jurídico da Faculdade Meridional - IMED. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transnacionalismo e Circulação de Modelos Jurídicos da Faculdade Meridional - IMED. Vice-líder no Centro Brasileiro de pesquisa sobre a teoria da Justiça de Amartya Sen. Membro da Associação Brasileira de Ensino de Direito - ABEDi. Membro do Grupo de Pesquisa em Direito Empresarial e Sustentabilidade, do Instituto Blumenauense de Ensino Superior. Passo Fundo. RS. Brasil.

Abstract: : The present study starts with the theme of Sustainability, with emphasis on its social perspective. It is presented as a research problem the attempt to determine the concept of social sustainability and whether this construction of sustainability would bring the imposition of a re-articulation of the model of human life on the planet. These questions point to the main objective of defining the notions of social sustainability and therefore how this would affect the human way of life on the planet. The work is organized in two parts, the first of which is dedicated to Sustainability in a broad way, in order to understand the bases and differentiations that this matrix has with nearby buildings, as in the case of sustainable development, only in a second point in the nuances of social sustainability and the changes that this can bring with it. Finally, the methodology used includes a phenomenological-hermeneutic approach, a method of monographic procedure and research technique by indirect documentation.

Keywords: Sustainability; Social sustainability; Development.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa ora proposta tem como tema a Sustentabilidade, contando ainda de forma mais delimitada com a sua compreensão sobre a via social, denominada como Sustentabilidade social. Justifica-se a atenção ofertada ao tema elegido por inúmeros motivos, dentre eles estão os panoramas de crise ético-social enfrentada pelos atuais perfis de vida em sociedade, juntamente a todas as suas consequências, como a pobreza, desigualdade, exploração, dentre inúmeros aspectos de vulnerabilização social enfrentadas atualmente. Outra nuance relevante e que igualmente justifica o estudo diz respeito ao fato de que as imprecisões teóricas dificultam a compreensão da dimensão de mudanças propostas a partir da Sustentabilidade, algo que se pretende contribuir a partir desse texto.

Assim, a partir da ideia da Sustentabilidade, questiona-se como problema de pesquisa: qual a concepção de Sustentabilidade social? Essa construção da sustentabilidade impõe uma rearticulação do modelo de vida humana no planeta?

Os questionamentos propostos direcionam ao objetivo central, o qual se concentra em determinar uma conceituação da Sustentabilidade social ou ao menos tracejar seus aspectos nucleares de compreensão (bem como determinar seu espectro – aberto/fechado). Clarifica-se que a opção pelo aprofundamento dos aspectos sociais do conceito justifica-se pelo contumaz uso na seara ambiental, de forma a reduzir a sua relevância e impacto na transformação do pensamento humano. Soma-se ainda como objetivo a indagação do modo de vida humana no planeta e, por conseguinte, os principais aspectos dessa mutação.

Diante dos problemas e objetivos traçados, estrutura-se o desenvolvimento em duas partes, sendo a primeira delas destinada a estabelecer as bases da Sustentabilidade, a fim de caracterizá-la e distingui-la de noções paralelas como o desenvolvimento sustentável. Logo, em um segundo momento se torna viável aprofundar a Sustentabilidade social, enquanto ideal distendido da matriz estabelecida, e que carece de aprofundamento e tracejar para concretização de uma sociedade menos desigual e mais digna de viver.

Com base nisso, se delimita também uma metodologia de estudo, mais precisamente neste caso se toma uma abordagem metodológica fenomenológica-hermenêutica, tendo em vista que se adotam definições teóricas e objetos de estudo a partir do seu “como”, do seu “modo”, não os caracterizando a partir de uma quiddidade real, e sim de sua inserção contextual no mundo. Quanto ao método de procedimento permeia-se o monográfico em razão de se tratar de uma apreciação pontual e espaço-temporalmente definida. Por fim, como técnica de pesquisa, utiliza-se da documentação indireta, mediante pesquisa bibliográfica.

2 AS ABORDAGENS DA SUSTENTABILIDADE E SUA DISTINÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O tema da Sustentabilidade¹ apresenta-se em múltiplas abordagens, algumas delas fazem referência às bases modernas de discussão conforme documentos internacionais, porém segundo Bosselmann (2015, p. 34), o termo Sustentabilidade foi utilizado inicialmente no período Iluminista. A construção de seu significado vem sendo esculpida nos últimos séculos, não se tratando de uma ideia recente, até mesmo porque ainda existem registros mais antigos remontando a períodos do medievo (BOFF, 2015, p. 32/33). O manejo e o cuidado das florestas como bens comuns inspiraram documentos, após a Magna Carta de 1215, como o *Charter of the Forest* e, também, geraram outras percepções de racionalidade econômica como a economia florestal².

¹ Para fins deste texto, os autores elaboraram o seguinte conceito operacional para a categoria mencionada: É a compreensão ecosófica acerca da capacidade de resiliência entre os seres e o ambiente para se determinar - de modo sincrônico e/ou diacrônico - quais são as atitudes que favorecem a sobrevivência, a prosperidade, a adaptação e a manutenção da vida equilibrada.

² “A história da sustentabilidade está relacionada com a história do direito ambiental. Conceitos de sustentabilidade não foram inventados no final do século XX, mas cerca de 600 anos, quando a Europa continental sofreu uma grave crise ecológica. Entre 1300 e 1350 o desenvolvimento agrícola e a utilização da madeira atingiram um pico que levou ao desmatamento quase completo. A perda de capacidade de carga ecológica teve uma série de consequências graves. Sem florestas não havia madeira para aquecimento, cozinha, construção de casas e gado desapareceu e om ela a perspectiva de fertilizantes de origem animal necessários para o cultivo. Erosão, inundação e redução dos níveis

No plano histórico, o pensamento positivista de Comte já colocava a racionalidade como o instrumento científico capaz de organizar o trabalho e garantir um progresso contínuo às custas da exploração (ou domínio) da Natureza (COMTE, 1983, p. 6). Embora os recursos do planeta sejam finitos, a visão do autor de uma racionalidade ou de uma ciência progressista, sem limites, foram alimentadas pela modernidade e sua dissociação quase completa sobre a Sustentabilidade enquanto fator de reflexão sobre a vida.

Desde já se registra o cuidado na adoção do tema, pois desde períodos antigos a ideia de Sustentabilidade surge como uma estratégia diante da escassez. Entretanto, no atual contexto globalizado, essa projeção de ações emergenciais, principalmente locais, são profundamente inoperantes diante das inter-relações e da complexidade de uma outra racionalidade que se inicia pelos vieses ambiental, econômico e social (BOSELNANN, 2015, p. 41/42). Isso significa que a racionalidade cartesiana proposta nos modelos positivistas e outras concepções passadas não mais dão conta da conjunção de fatores que precisam ser considerados, a fim de projetar uma noção de Sustentabilidade no tempo do século XXI. Não basta ter uma resposta, tampouco conduzida pelas luzes matemáticas da Razão, é necessário que a sua complexidade seja entendida como pressuposto de entendimento de nossa realidade.

Ademais, cabe registro de que a tradição formada no debate da Sustentabilidade encontra-se profundamente ligada às bases europeias, mas não se deve utilizar o registro histórico como forma de aprisionamento reflexivo, de maneira que a visão decolonial³ é extremamente contributiva na modificação de parâmetros constitucionais e de direitos humanos na América Latina, e porque não dizer para mudança de paradigma científico no corpus jurídico internacional (BRAGATO, 2014, p. 211/212).

freáticos oram também consequências. O grande período de fome entre 1309 e 1321, seguido pela peste (“peste negra”), entre 1348 e 1351, dizimou a população da Europa Central em um terço. Em algumas regiões metade dos povoados desapareceu, ao todo foram 40.000 assentamentos. Comparado com o colapso de outras culturas, como os Maias, o colapso Europeu foi menos dramático, mas marcou uma significativa paralisação cultural”. (BOSELNANN, 2015, p. 31)

³ “Decoloniality denotes ways of thinking, knowing, being, and doing that began with, but also precede, the colonial enterprise and invasion. It implies the recognition and undoing of the hierarchical structures of race, gender, heteropatriarchy, and class that continue to control life, knowledge, spirituality, and thought, structures that are clearly intertwined with and constitutive of global capitalism and Western modernity. Moreover, it is indicative of the ongoing nature of struggles, constructions, and creations that continue to work within coloniality’s margins and fissures to affirm that which coloniality has attempted to negate. Decoloniality, in this sense, is not a static condition, an individual attribute, or a lineal point of arrival or enlightenment. Instead, decoloniality seeks to make visible, open up, and advance radically distinct perspectives and positionalities that displace Western rationality as the only framework and possibility of existence, analysis, and thought”. (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 63)

Por esse motivo, a unidade de compreensão sobre a Sustentabilidade e as articulações que se elaboram a fim de preservar os bens comuns à teia da vida somente ocorre por essa rede de cuidados que se opera nas diferentes localidades humanas. Já não se aceita mais posturas antropocêntricas ou antropocêtricas alargadas, pois a Natureza não existe e nem se desenvolve por meio da vontade humana. A sua caracterização como “ser-próprio” reivindica, ao mesmo tempo, o direito à existência⁴ e à alteridade ecosófica⁵. Essas duas perspectivas surgem por meio dos saberes dos povos originários andinos e expressos em suas Constituições.

Nesse sentido, a ideia do bem viver andino não é um mero sinônimo para qualidade de vida, trata-se de “[...] uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo”. Essa é uma visão holística na qual o ser humano faz parte da comunidade terrestre que inclui a totalidade de seres vivos e não vivos, bem como os demais elementos envolvidos, almejando o “[...] equilíbrio e estar em profunda comunhão com a *Pacha* (a energia universal), que se concentra na *Pachamama* (Terra), com as energias do universo e com Deus” (BOFF, 2015, p. 62).

Essa energia universal é a união entre duas (*Pa*) forças (*Cha*) cósmico-telúricas, de origem celeste e terrestre, respectivamente. Para os andinos, *Pacha* é uma palavra com múltiplos significados que implica uma forte participação no desenvolvimento e proteção de todas as vidas. Não se trata de entendê-la sob o prisma do tempo e espaço, do aqui e agora, porém de compreender esse multiverso vital e vivê-lo dentro de suas próprias características (HUANACUNI MAMANI, 2010, p. 71).

⁴ “La liberación de la Naturaleza de esta condición de sujeto sin derechos o de simple objeto de propiedad, exigió y exige, entonces, un trabajo político que le reconozca como sujeto de derechos. Un esfuerzo que debe englobar a todos los seres vivos (y a la Tierra misma), independientemente de si tienen o no utilidad para los seres humanos. Este aspecto es fundamental si aceptamos que todos los seres vivos tienen el mismo valor ontológico, lo que no implica que todos sean idénticos. Dotarle de Derechos a la Naturaleza significa, entonces, alentar políticamente su paso de objeto a sujeto, como parte de un proceso centenario de ampliación de los sujetos del derecho, como recordaba ya en 1988 Jörg Leimbacher, jurista suizo. Lo central de los Derechos de la Naturaleza, de acuerdo al mismo Leimbacher, es rescatar el “derecho a la existencia” de los propios seres humanos (y por cierto de todos los seres vivos). Este es un punto medular de los Derechos de la Naturaleza, destacando una relación estructural y complementaria con los Derechos Humanos”. (ACOSTA, 2018, p. 9)

⁵ “[...] Me parece que uno de los puntos “ciegos” de la tradición dominante de Occidente, al menos desde el Renacimiento, ha sido justamente el tema de la alteridad ‘ecosófica’. Aunque la tradición semita (judeocristiana) haya introducido al discurso ontológico determinista y cerrado de la racionalidad helénico-romana las perspectivas de la ‘trascendencia’, ‘contingencia’ y ‘relacionalidad’, es decir: la no-commensurabilidad entre el uno y el otro, entre el egocentrismo humano y la resistencia de la trascendencia cósmica, religiosa y espiritual, la racionalidad occidental moderna se ha vuelto nuevamente un logos de la ‘mismidad’, del encerramiento ontológico subjetivo, de la fatalidad que tiene nombres como ‘la mano invisible del Mercado’, ‘coacción fáctica’ (Sachzwang), ‘crecimiento ilimitado’ o ‘fin de la historia’”. (ESTERMANN, 2013, p. 1/2)

O debate sobre a Sustentabilidade contemporânea, nessa linha de pensamento, deve ser percebido em sua pluralidade, não sendo viável uma compreensão reducionista de sua proposta ou que ignora locais de produção de conhecimento, antes tidos como “subalternos” ou “subdesenvolvidos”. É a partir do resgate dos conhecimentos originários que a expressão Sustentabilidade tem contornos de identificação sul-americanos e contribui para o entendimento e práxis do seu alcance universal.

Por esse motivo, os estudos sobre Sustentabilidade costumam remeter-se usualmente ao Relatório Brundtland (*Our Common Future – Nosso Futuro Comum*) de 1987, pois esse documento estabelece o que seria o Desenvolvimento Sustentável, o qual é apontado como aquele que promove o desenvolvimento das presentes gerações sem comprometer as futuras (MCKENZIE, 2004, p. 2). Apesar dessa versão popularizada não se pode confundir as duas acepções, visto que a Sustentabilidade é matriz de orientação das formas de desenvolvimento humano a partir de uma racionalidade ecológica, a qual não foi aplacada pelo relatório, tendo este somente escolhido incluir um conceito ligado à ideia de desenvolvimento extremamente amplo, pouco científico, de caráter político e econômico (BOSELNANN, 2015, p. 45).

Essa afirmativa se coaduna com a explanação partilhada por Augustin e Castilho (2017, p. 46), os quais imputam que a ideia de desenvolvimento sustentável surge no contexto da globalização e apontam para a limitação criada a partir das ideias de progresso que negam a contrapartida a natureza, ou seja, que ignoram a sua destruição. “Surgindo a sustentabilidade ecológica como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição de sobrevivência humana” (AUGUSTIN; CASTILHO, 2017, p. 46), o que em si já denota o tom de ajuste nos rumos desenvolvimentistas e do progresso constante (modo de vida humana em sociedade), sendo o meio ambiente um aspecto acessório a ser considerado nessa equação.

Diversas críticas poderiam ser tecidas a essa concepção, como seu caráter antropocêntrico, ignorando novamente as contribuições de abordagens como as decoloniais. Contudo, a crítica mais incisiva à noção de Desenvolvimento Sustentável é de que a sua concepção pode ser descrita como uma cortina de fumaça para permitir, manter e aperfeiçoar a exploração mercadológica dos indivíduos detentores de poder (capital). Esse argumento se fundamenta no fato de que os governos e corporações que defendem essa ideia são os responsáveis pela insustentabilidade ambiental, econômica e social contemporânea (MCKENZIE, 2004, p. 2).

Logicamente que quando se observa a situação latente de deterioração social e do modelo de vida humana no planeta, não há como negar a influência decisiva do modelo capitalista (em especial o de índole neoliberal), o qual buscou manejar o desenvolvimento sustentável como qualquer mercadoria a serviço do crescimento e do lucro. Portanto, por mais que exista essa percepção de responsabilidade do modelo econômico, há igualmente a ideia de que seu apoio é necessário para melhoria das atuais condições de sustentabilidade no planeta.

É o “catastrofismo” disponível em versão ecológica e/ou econômica: diante do perigo extremo, as pessoas acordarão e um milagre acontecerá. O instinto de sobrevivência fará com que a humanidade pare às bordas do penhasco e reconheça que a continuidade do capitalismo é incompatível com os interesses fundamentais de sobrevivência. Mas infelizmente não existe um instinto de sobrevivência generalizado, nem individual nem coletivo. Há aqueles que dirigem o carro falando ao celular ou fumando, e houve já civilizações inteiras que desapareceram em vez de mudar seus hábitos. Além disso, a consciência dos riscos ecológicos não leva necessariamente à emancipação. Pelo contrário, também pode levar a soluções autoritárias, à concorrência extrema para ter acesso aos lugares não poluídos, ou a novas guerras. A derrocada econômica também não traz consigo um vento que sopra rumo à emancipação [...] (JAPPE, 2013, p. 29).

Apenas como adendo menciona-se que na seara criminológica estuda-se a regularização de atividades criminosas executadas por grandes corporações ou Estados (crimes dos poderosos) (BARAK, 2015), bem como seus processos de legitimação em detrimento dos interesses sociais, gerando danos massivos à população, mas que fogem das esferas sancionatórias do Direito Penal ou tampouco são vistos como violações de Direitos Humanos (conceito jurídico que impede a restrição dessas atividades).

Nesse caso, compreender os impactos e diferenças entre a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável é essencial para uma leitura crítica sobre como a sociedade hodierna pretende avançar nos seus objetivos civilizatórios: a) a decisão será incluyente, respeitando-se a condição da Alteridade Ecosófica; b) a decisão será excluyente e qualificará humanos e não humanos como mercadorias que podem ser exploradas, vendidas e trocadas. Igualmente a adoção da ideia de desenvolvimento precisa de questionamento, especialmente porque essa concepção

ainda está enraizada nos pressupostos da sociedade humana moderna, sendo impossível estruturar uma organização social sem um desenvolvimento e crescimento constante⁶.

Primeiramente, o crescimento material das sociedades não está à beira da estagnação imediata, porém é condicionado pela finitude de recursos existentes, por mais que se avance tecnologicamente. Um breve parêntese toca exatamente a apresentação dos meios tecnológicos como salvadores da insustentabilidade do atual modo de vida humana, porém isso ignora completamente que sem as transformações conjuntas que questionem o modelo de vida capitalista globalizado e a mercantilização de todos os aspectos da vida, a tecnologia servirá apenas para ser submetida aos ditames neoliberais (MOROZOV, 2018, p. 25).

Vislumbra-se que as ações atuais são meros paliativos ao meio ambiente, no entanto, essa situação não pode esconder o fato de que se rumo para a estabilização econômica ou até mesmo para o seu crescimento negativo ou decréscimo forçado (CECHIN, 2010, p. 14/15).

A falácia econômica do progresso/crescimento constante revela ainda outros fatores, já que se conclui que é impossível que os seres humanos possam prescindir dos recursos naturais. Não há economia que não utilize desses materiais, ao mesmo tempo em que a ideia de desenvolvimento sustentável ignora leis da termodinâmica – com destaque para lei de entropia –, pois “[...] uma parte da energia e do material de baixa entropia transformada se torna imediatamente resíduo. Isso significa que não se pode alcançar uma eficiência produtiva total” (CECHIN, 2010, p. 100). E continua o autor da Teoria do Decréscimo:

A conclusão é evidente. Cada vez que produzimos um automóvel, destruímos irrevogavelmente uma quantidade de baixa entropia que, de outra forma, poderia ser utilizada para fabricar uma charrua ou uma enxada. Por outras palavras, cada vez que produzimos um automóvel fazemo-lo ao preço de uma diminuição do número de vidas humanas futuras. Pode ser que o desenvolvimento econômico fundado na abundância industrial seja uma benfeitoria para nós e para os que dele poderão se beneficiar num futuro próximo: mas não deixa de estar oposto ao interesse da espécie humana no seu todo, pelo menos se o interesse dela for durar tanto quanto lhe permite o seu dote de baixa entropia. Através do paradoxo

⁶ “Se entendermos o problema da insustentabilidade da vida no planeta como sintoma de uma crise de civilização – dos fundamentos do projeto societário da modernidade –, será possível compreender que a construção do futuro (sustentável) não pode apoiar-se em falsas certezas sobre a eficácia do mercado e da tecnologia – nem sequer da ecologia – para encontrar o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental. A encruzilhada em que o novo milênio abre seu caminho é um convite à reflexão filosófica, à produção teórica e ao julgamento crítico sobre os fundamentos da modernidade, que permita gerar estratégias conceituais e praxeológicas que orientem um processo de reconstrução social. A complexidade ambiental e os processos de auto-organização geram sinergias positivas que abrem o caminho para uma sociedade sustentável, fundada numa nova racionalidade”. (LEFF, 2015, p. 404)

do desenvolvimento económico, podemos perceber o preço que o homem tem de pagar pelo privilégio único que constitui a sua capacidade de ultrapassar os seus limites biológicos na sua luta pela vida (GEORGESCU-ROEGEN, 2008, p. 62).

Importante salientar que a crítica feita na abordagem de Georgescu-Roegen estava direcionada à própria noção de Sustentabilidade, motivo pelo qual os estudiosos além de realizarem o descolamento total com o Desenvolvimento Sustentável, executam o autoquestionamento de suas bases, na tentativa de resignificar constantemente a Sustentabilidade enquanto ideal de bem viver com o universo e todas as energias que aqui habitam⁷.

Ademais, quando se toca nos aspectos principais do desenvolvimento-crescimento, merece atenção a diferenciação realizada entre crescimento negativo ou decrescimento forçado e o decrescimento *voluntário*. Desse modo, as noções apontadas são cunhadas por economistas para designar estados de crise (depressão/recessão), no sentido da queda ou ausência de incremento no Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, o decrescimento *voluntário* funciona como alternativa à sociedade de consumo, sendo “[...] uma cura de austeridade voluntária destinada a melhorar o bem estar, quando o hiperconsumo nos ameaça de obesidade”, o que difere da figura anterior que aplaca uma ideia forçada ante o risco de morte, diante de uma “dieta” tão rigorosa (LATOUCHE, 2011, p. 23 /24, tradução nossa).

Ao expor alternativas ao modelo de crescimento-desenvolvimento constante, como o decrescimento, denuncia-se a irracionalidade contida na ideia de que esse modelo social-econômico poderia ser posto em prática sem colocar em risco a existência humana (BOSELTMANN, 2015, p. 18). Igualmente executa-se o sepultamento de duas bases da Modernidade e que são insustentáveis: a infinitude dos recursos naturais e do desenvolvimento ininterrupto rumo ao futuro (BOFF, 2015, p. 42).

A partir desse argumento, é preciso esclarecer ao autor e autora duas situações importantes: a finitude do mundo natural e as condições necessárias ao desenvolvimento da vida são diferentes da concepção geológica da Terra, ou seja, o nosso Planeta, por meio de sua

⁷ “A definição mecânica dos economistas convencionais se torna insustentável para a manutenção da tríade indivíduo-sociedade-espécie no decorrer do tempo. A Sustentabilidade e o Desenvolvimento precisam convergir esforços para se compreender as interações entre os seres humanos e a Terra conforme as orientações do Paradigma da Complexidade. O dilema do crescimento econômico não pode ser fundamentado em critérios que considerem os recursos humanos e naturais como ilimitados a fim de se obter Eficácia e Eficiência econômica com acentuados sinais de Desenvolvimento”. (AQUINO, 2014, p. 361)

concepção física, é capaz de suportar grandes impactos, desde o espaço até suas próprias transformações. Cita-se como exemplo a hipótese Gaia de James Lovelock⁸. Nesse caso, a afirmação de que nosso mundo é frágil parece um argumento falacioso. O que é frágil são os modos como sistemas vivos, dentro de um equilíbrio termodinâmico, perpetuam e aperfeiçoam o surgimento das vidas.

Entretanto, esses novos projetos enfrentam resistência por parte dos adeptos da “religião” do crescimento infinito, a qual é robustecida pela atual pós-democracia sob a guarida de lobbies e dos meios de comunicação, pois “na pós-democracia, inimigo é todo aquele que não possui valor de uso dentro da racionalidade neoliberal” (CASARA, 2018, p. 75). Esses dois instrumentos impedem qualquer proposta alicerçada em outras alternativas – como se observa pela Agroecologia⁹ – e, ao mesmo tempo, cerceiam alternativas de discurso, aleijam a democracia para algo inferior ao seu potencial, sendo essa postura distinta do que propõem as visões do decrescimento e da abundância frugal (LATOUCHE, 2011, p. 66).

Percebe-se que ignorar as construções da Sustentabilidade como ponto de mudança impõe um preço mais alto do que a mera desaceleração ou catástrofe econômica, haja vista que o custo a ser pago abrange as instituições, a democracia e a própria existência humana. Todas essas situações se amparam em falas ditas racionais ou equilibradas, mas que obscurecem as incompatibilidades entre as noções de Sustentabilidade e crescimento.

A esquizofrenia contida nas ideias de crescer e salvar o planeta é ocultada, contudo, não se nota a fragilidade dos próprios instrumentos de mediação do desenvolvimento, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB). Em síntese, o Produto Interno Bruto (PIB) enquanto fator de apreciação do crescimento econômico não “[...] esclarece o que cresceu, como cresceu e para quem foram os frutos do crescimento. Além disso, esse indicador não pode ser uma boa medida da riqueza, pois esta está relacionada a estoques, enquanto o PIB mede fluxos monetários”. Esse

⁸ Para conhecer com mais detalhes essa teoria, recomenda-se a leitura de LOVELOCK, James. **Gaia**: um novo olhar sobre a Terra. Tradução de Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 2001.

⁹ “Para a Agroecologia, o desenho de modelos agrícolas/agrários alternativos, de natureza ecológica, constitui-se no elemento mediante o qual se pretende gerar estratégias de desenvolvimento sustentável, utilizando como núcleo central o conhecimento local e as ‘pegadas’ que, através da história, este gerou nos agroecossistemas, produzindo ajustes e soluções tecnológicas específicas de cada lugar, isto é, gerando, criando e/ou recriando o endógeno. Entretanto, como sabemos, a articulação transnacional dos Estados, através dos organismos internacionais, gerou um falso discurso ambiental, estabelecendo uma inconsistente definição oficial de sustentabilidade que leva a crer que a repetição e o aprofundamento dos processos de difusão de inovações, em sua vertente mais moderna, denominada intensificação verde, podem trazer a solução para os descaminhos do desenvolvimento convencional”. (GÚZMAN, 2018, p. 42)

fato pode esconder um crescimento à custa de todas as reservas naturais e materiais contidas em determinado local (CECHIN, 2010, p. 178).

Portanto, afirma-se que a implantação de um modelo alternativo de sociedade humana, que não esteja necessariamente atrelada ao desenvolvimento, precisa incorporar a ideia de sustentabilidade como um processo de transformação. Essa mutação precisa extinguir, modificar e criar instituições aptas a darem conta desse novo projeto, pois os meros ajustes usuais não serão capazes de alcançar demandas tão amplas como a existência humana, sua relação com o universo e todas as energias que lá habitam.

Por esse motivo, é valioso afirmar que todo e qualquer projeto no qual tenha a Sustentabilidade como base “[...] é essencialmente um discurso ético” (BOSELMANN, 2015, p. 18). Afirma-se, ao se encerrar essa primeira etapa, que toda articulação social a ser projetada, partindo da Sustentabilidade, toma a revolução ética como um elemento basilar, sem o qual não se podem iniciar os debates, renovações e rearticulações forçadas à nova visão sustentável prolatada.

A dimensão ética proposta pela Sustentabilidade na sua matriz de significabilidade ecológica não se fundamenta numa racionalidade puramente abstrata de um dever, ou, de modo mais específico, de uma racionalidade deôntica. Quando se depara na relação entre Homem e Natureza é preciso entender essa proximidade pela Ética Biocêntrica¹⁰. Para tanto, impõe-se a compreensão desses aspectos nucleares da Sustentabilidade, especialmente na sua dimensão social, o que se passa a expor a seguir.

3 PRESSUPOSTOS DA TRANSFORMAÇÃO: SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Antes de se iniciar esse tópico, se torna necessário esclarecer que Sustentabilidade social, por ter características próprias, não pode ser generalizada pela ideia central de Sustentabilidade, como já se expôs no primeiro tópico deste texto. Parece claro que é necessário

¹⁰ “[...] Sin duda una ética biocéntrica está anclada en territorios y comunidades, y por lo tanto es relativa a cada uno de esos e contextos. Pero a la vez, es posible defender que el reconocimiento de los valores intrínsecos es una postura ética universal. Localmente o regionalmente se determinan las formas específicas bajo las cuales se expresan los modos de entender las múltiples valoraciones sobre la Naturaleza, y sus expresiones políticas. Pero el reconocimiento de los valores intrínsecos de la Naturaleza impone mandatos universales, ya que la vida debe ser protegida en todos os rincones del planeta. Problemas ambientales globales, como el cambio climático o la acidificación de los océanos, refuerzan todavía más esa ética como un valor esencial”. (GUDYNAS, 2014, p. 207)

ter como preocupação o sentido de harmonia no qual guia todas as dimensões da Sustentabilidade. Por esse motivo, e como proposta de se trazer um conceito operacional à Sustentabilidade social a partir dos autores deste estudo, deve-se entender essa categoria como a adequação homeostática que se manifesta pela interação entre as diferentes microestruturas sociais e ratificam ou modificam a função coercitiva das macroestruturas sociais no decorrer do tempo e dos espaços.

A partir dos fatores acima expostos, a noção da Sustentabilidade social denota a impossibilidade de manter uma sociedade fundada no consumo irrestrito, na pobreza e desigualdade, ou seja, sem a inserção da equidade e de uma visão eticamente orientada não se pode alcançar a sustentabilidade social (NASCIMENTO, 2012, p. 51). Valiosa assim a lição de Bauman ao apresentar suas reflexões acerca do consumismo, demonstrando a mercantilização da vida em todos os seus aspectos, formando uma dinâmica de descarte não apenas de produtos, mas também de pessoas, quando essas são consideradas falhas enquanto consumidores (merecendo processos de exclusão e desigualdade social) (BAUMAN, 2008, p. 161 – 164).

Igualmente aduz-se que a percepção da faceta social da Sustentabilidade é exposta como braço umbilical das ideias econômicas e ambientais, de maneira que a visão da Sustentabilidade exclusivamente focada no meio ambiente deixava a descoberto aspectos relevantes, motivando assim a sua expansão para abranger a complexidade contemporânea. Apesar do caráter recente, visto que somente se insere o componente social a partir da Conferência de Estocolmo de 1972 (formatando uma tríade) (NASCIMENTO, 2012, p. 51), sua relevância é indiscutível.

Diante desse potencial, a concepção da Sustentabilidade social pode ser definida por diversos autores, porém algumas menções podem auxiliar no traçar conceitual do tema. Na leitura feita por McKenzie, a Sustentabilidade social ocorre quando os sistemas (formais e informais) são capazes de garantir condições de saúde e vida em comunidade, sendo a última conectada diretamente a noções de “[...] equidade, diversidade, conectada e democrática e provendo uma boa qualidade de vida” (MCKENZIE, 2004, p. 18, tradução nossa).

Deve-se adicionar a contribuição de que certos enfoques, em razão das discordâncias doutrinárias, não ofertam um conceito fechado, mas delineiam características principais da Sustentabilidade social. Portanto, é recorrente a alusão de que as relações individuais e sociais entre seres humanos, a forma de desenvolvimento e sua correlação com tratamento do Planeta são

significativas, junto, ainda, a questões que vão desde a ocupação dos espaços urbanos até políticas sociais nas searas mais sensíveis como saúde, participação, necessidades básicas, felicidade e qualidade de vida (COLANTONIO, 2009, p. 9).

A doutrina nacional afirma, também, que uma sociedade sustentável “[...] supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros”. Essa visão indica que acabar com a pobreza é básico, bem como “[...] definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Em resumo, implantar a velha e desejável justiça social” (NASCIMENTO, 2012, p. 56).

Uma breve observação seria que algumas dessas abordagens ainda trabalham com categorias atreladas ao sistema capitalista e outros aspectos padronizados da sociedade contemporânea, como a ideia de que existiram níveis permissíveis de desigualdade, no entanto, essa percepção não é definitiva e tampouco conclusiva a respeito das abordagens.

No entanto, deve-se alertar: toda Sustentabilidade social em nada prospera sem que haja – ao se resgatar uma expressão da Biologia – uma simbiose entre o planejamento civilizatório, o respeito e o reconhecimento da Natureza como “ser-próprio”. A própria Arquitetura, por exemplo, trabalha com perspectivas similares ao Biocentrismo, como é o caso da Biofilia. Em outras palavras: a Sustentabilidade social somente assegura a sua homeostase entre as macro e microestruturas sociais na medida em que se reconhece a importância da dimensão relacional entre humanos e não humanos. Trata-se, novamente, de uma perspectiva includente de todas as vidas.

Essas iniciativas conceituais tentam de alguma forma traçar linhas gerais de compreensão do campo, mas podem, na ânsia de aplacar o todo, deixarem margens não abrangidas. Nesse sentido, estudos de linhas de pesquisa na Sustentabilidade social apontam a incompletude dos conceitos, sendo que autores como Vallance, Perkins e Dixon optaram por constituir uma amálgama entre as construções diferentes que eles nomeiam em “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade ponte” e “sustentabilidade manutenção”, aludindo que cada uma delas traz a observação de conteúdos diferentes. Exemplifica-se essa consideração ao se afirmar que na primeira terminologia estariam sedimentadas questões como necessidades básicas, criação de capital social, justiça e equidade, enquanto na segunda linha estariam as mudanças de comportamento e objetivos ambientais biofísicos e, por fim, na etapa restante os fatores

socioculturais em face às modificações propostas (inserção e resistências) (VALLANCE; PERKINS; DIXON, 2011, p. 342/343).

Todavia, esses fatores não impedem a existência de críticas, tanto a abordagem em três segmentos, quanto à forma de exploração do conceito de sustentabilidade social. Demonstração disso pode ser vista ao mencionar os modelos utilizados para estudo das vertentes da sustentabilidade (como se exemplifica no *triple bottom line*), McKenzie (2004, p. 6) aponta que raramente se dá a mesma importância ao viés social, de forma igualitária aos planos econômico e ambiental. Essa crítica é confirmada pela doutrina, a qual apresenta que a constante remissão dependente às vias econômica e ambiental, aliada a conceitos confusos, trariam à sustentabilidade social uma fragilidade ou ao menos uma subserviência com relação às demais vertentes, formatando assim uma linha de pesquisa subalterna e subaproveitada (COLANTONIO, 2009, p. 4).

Apenas em adendo, cita-se que a dificuldade conceitual e de objetivos equiparados nas variadas propostas da Sustentabilidade social ocorre por diversos fatores. Dentre esses elementos estão a natureza multifacetada e complexa dos temas envolvidos, a interação com as demais dimensões da sustentabilidade, bem como a incerteza dos modelos e crenças utilizados como referência (FANTINI; TAISCH; PALASCIANO, 2013, p. 65).

Outra tônica de apreciação expõe um problema relevante que é a suficiência das dimensões tratadas pela Sustentabilidade, inicialmente, no conceito tripartido, pois ao se ignorar outras dimensões, como a de poder, por exemplo, se estaria ceifando a importância das questões políticas para modificação de padrões de consumo ou desenvolvimento (NASCIMENTO, 2012, p. 56), ou ainda se deixando de lado análises de natureza biopolítica que aliam ambas as facetas, juntamente às relações de poder.

Ao se supor o caráter satisfatório da subdivisão da Sustentabilidade, resistem ainda os problemas na apreciação pontual da via social, ou seja, sua análise costuma utilizar caracteres semelhantes às nuances econômica e ambiental, algo que se mostra inviável. Desse modo, a própria avaliação de indicadores (realizado por companhias) sobre a Sustentabilidade econômica de uma empresa ou mesmo os impactos ambientais são mais facilmente alcançados (seguindo os frágeis parâmetros impostos atualmente), algo distinto na Sustentabilidade social.

Assevera-se que a própria dificuldade de quantificar os indicadores acerca da nuance social, os quais costumam ser apenas genéricos, deixam a falta de especificidade prejudicar qualquer

análise mais apurada sobre a Sustentabilidade social, especialmente ao se tentar verificar como a dinâmica homeostática entre as suas macro e microestruturas ocorrem (MCKENZIE, 2004, p. 7).

Deve haver um cuidado na adoção de indicadores como base de análise sobre a Sustentabilidade social, pois, dependendo da situação, as perguntas que motivam os indicadores podem ocultar contextos e situações pontuais, ou seja, significa que essa forma de apreciação deve ser aplicada com ressalvas e tendo o espectro local como centro, de modo a permitir que as individualidades e peculiaridades possam ser percebidas nas pesquisas sobre a Sustentabilidade social (MCKENZIE, 2004, p. 15 - 17).

Nesse ponto, propõe-se uma reflexão sobre a Sustentabilidade social, pois ao defrontar a realidade posta, as críticas incisivas (e pertinentes) e a incompletude conceitual das inúmeras tentativas da doutrina, esta concepção necessita de uma definição fechada? Indaga-se, com base na ideia de que a mera estipulação de traços gerais, quais são os objetivos orientadores e quais são as bases éticas que seriam suficientes para que haja o sentido harmônico da Sustentabilidade social (embora inicialmente se tenha apresentado uma visão geral).

Justifica-se essa alegação em razão de que a visão de conceitos fechados e capazes de comprimir a realidade é oriunda de pensamentos albergados na modernidade, os quais ignoravam a facticidade como vetor propulsor de sentido e constante mecanismo de pressão à reinterpretação de qualquer noção trabalhada. Em outras palavras, essas construções ocultavam todo o giro hermenêutico-ontológico, ainda almejando congelar significados no tempo, mantendo um dos dogmas positivistas, a “verdade” (STEIN, 2008, p. 24).

Adiciona-se ao questionamento o fato de que mesmo ao se tratar da Sustentabilidade enquanto concepção geral, sempre há remissão à complexidade do assunto e essa situação se aplica igualmente à Sustentabilidade social. Esse componente modifica completamente a construção do pensamento científico como algo pronto e acabado, amparado no modelo cartesiano simplificador e na hiperespecialização que ignora a inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento (MORIN, LE MOIGNE, 1999, p. 27/28). Por esse motivo, abraçar a complexidade da Sustentabilidade social e a intensidade de seu fluxo, seja nas suas macro e/ou microestruturas, seria admitir a impossibilidade conceitual fechada, ao menos conforme as projeções estipuladas pelo pensamento moderno.

Diante desse cenário, o prisma delineado para a Sustentabilidade social neste estudo, além de buscar destacar sua importância e concretizar aspectos nucleares como a melhoria das condições de vida e a justiça social, tem por escopo abrir a sua concepção no Brasil. Essa pretensão se destina a incluir abordagens recentes, conforme mencionado nos estudos decoloniais, pós-modernos, de teoria crítica dos Direitos Humanos, do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, dos tipos de sociedades, como é o caso da Sociedade da Transparência¹¹ dentre diversos outros que trazem ao tema sensíveis contribuições e, ao mesmo tempo, demonstram a complexidade conceitual que precisa de uma constante ressignificação, pois sua construção constante provoca o questionamento dos rumos da sociedade durante toda a sua trajetória de manter viva a perspectiva dialogal intersubjetiva.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa em tela acerca do tema da Sustentabilidade social impõe alguns pressupostos de conhecimento, sendo que o primeiro deles é a própria noção do que é a Sustentabilidade. Posto isso se realiza aqui mais do que o esclarecimento terminológico ou o comentário da superação conceitual de mera estratégia de combate a escassez de recursos, e sim propõe-se a visão da Sustentabilidade como perspectiva de realocação do ser-no-mundo, ou seja, a Natureza e o planeta não são subservientes à vontade humana e isso significa questionar a visão antropocêntrica que conduz atualmente essas inter-relações.

No reconhecimento da óptica ecosófica da Sustentabilidade, rompe-se barreiras na assimilação do conhecimento e nas relações entre diversos povos com a natureza e o próprio planeta em determinado tempo e espaço. Ademais, essa compreensão também se justifica a fim de contrapor-se a ideia de desenvolvimento sustentável e todo arcabouço obscurecido pela insustentável visão de desenvolvimento/crescimento constante.

¹¹ “Na Sociedade da Transparência, contudo, o Outro é eliminado desse jogo. Basta que prevaleça a vontade individual e sua capacidade camaleônica de atender aos interesses que tragam sucesso, comodidade e estabilidade financeira. Como se realiza essa condição: pela hiperexposição da pessoa nas redes sociais virtuais. Transparência, nesse sentido, denota excesso de luminosidade, de desnudez da nossa humanidade, de desencobrimento daquilo que é a matriz de toda a condição relacional, qual seja, o segredo que, juntos, se descobre e se compartilha?”. (AQUINO, 2019, p. 161).

Com tais bases, se torna possível vislumbrar as múltiplas dimensões da Sustentabilidade, e aqui atenta-se ao plano social, o qual, por vezes, não recebe a atenção necessária à sua discussão.

De acordo com o problema proposto, tem-se que a Sustentabilidade social é a adequação homeostática manifestada nos processos de interação das diferentes microestruturas sociais e que endossam ou transformam a função coercitiva das macroestruturas sociais no decorrer do tempo e dos espaços. Apesar dessa construção inicial dos autores do trabalho, adota-se aqui a postura de construção aberta, ou seja, não se tem nessa conceituação a pretensão de encerramento conceitual, postura esta que remete a uma lógica cartesiana e simplificadora, algo distante das pretensões de autocrítica constante da Sustentabilidade social.

Em segundo lugar, o questionamento se desdobra na reflexão acerca dos modos de vida humana no planeta, algo que de acordo com as ideias cunhadas pela Sustentabilidade social precisa de urgente revisão. Isso transcende o repensar ético da vida em sociedade, levando consigo o aporte de como tratar e refletir sobre as relações entre as vidas humanas e não humanas nas condições planetárias.

Essa percepção vai de encontro à insustentabilidade de modelos de vida em que se priorizam dinâmicas unicamente subjetivas, como a visão de consumo e crescimento, bem como aquelas que agravam processos de desigualdade. Há, portanto, a necessidade de buscar por justiça social e de rearticular as relações institucionais, estatais e sociais humanas para o alcance desses objetivos.

Para tanto, evidenciou-se nesse estudo perspectivas diversas, a fim de denotar que as ideias da Sustentabilidade social precisam ser inclusivas aos conhecimentos de vários campos diferentes, para que somente assim se possa recrudescer esforços para efetivação de uma sociedade mais justa e equilibrada. Tais pretensões esculpidas até o momento são as linhas gerais que se compreendem sobre a Sustentabilidade social, e que se espera que sejam proliferadas enquanto fatores de reflexão ético-social ao mundo em que se vive hoje, para que com isso possibilite a vida digna de tantos outros em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **La Naturaleza con Derechos Una propuesta de cambio civilizatorio**. 2011. Disponível em: <http://www.lai.at/attachments/article/89/Acosta-Naturaleza%20Derechos%202011.pdf>. Acesso em: 13 de abr. 2018.
- AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. **Por uma cidadania sul-americana: fundamentos para sua viabilidade na UNASUL por meio da ética, fraternidade, sustentabilidade e política jurídica**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. Sustentabilidade social, sociedade da transparência e o direito de ser humano. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 6, n. 1, 2019, p. 151-174. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/277/180>. Acesso em: 09 de mar. 2019.
- AUGUSTIN, Sérgio; CASTILHO, Armando Meraz. Desenvolvimento sustentable: una transformación de los principios económicos. **Revista Jurídica – CCJ**. v. 21, n. 45, p. 43 – 62, maio/ago., 2017.
- BARAK, Greg. The crimes of the powerful and the globalization of crime. **Revista Brasileira de Direito**. v. 11, n. 2, p. 104 – 105, jul-dez, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BOSSERMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade: transformando direito e governança**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- BRAGATO, Fernando Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista novos estudos jurídicos**. Itajaí, v. 19, n. 1, jan/abr., 2014, p. 201-230.
- CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: SENAC/Edusp, 2010.
- COLANTONIO, Andrea. **Social sustainability: a review and critique of traditional versus emerging themes and assessment methods**. 2009. p. 865-885.
- COMTE, Auguste. **O curso de filosofia positiva**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ELKINGTON, John, **Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Stony Creek, Conn.: New Society Publishers, 1998.

ESTERMANN, Josef. Ecosofía andina: Un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien. **FAIA - Revista de Filosofía Afro-In do-Americana**. España, VOL. II. N° IX-X. AÑO 2013.

FANTINI, Paola; TAISCH, Marco; PALASCIANO, Claudio. Social sustainability: perspectives on the role of manufacturing. In: **IFIP International Conference on Advances in Production Management Systems**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2013. p. 62-69.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O Decrescimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales**. Lima: Claes, 2014.

GÚZMAN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. de 2001. Disponível em: «<http://www.emater.tche.br/site/multimedia/leitor/6.php#book/35>». Acesso em: 04 de abr. 2018.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.

LATOUCHE, Serge. **La sociedade de la abundancia frugal**. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 2011.

LATOUCHE, Serge. O desenvolvimento representa o problema e não o remédio para a mundialização! In: **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlic Orth. 11. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2015.

LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE**. Unoesc, v. 12, n. 1, janeiro/junho, 2013. p. 9-38.

LOVELOCK, James. **Gaia: um novo olhar sobre a Terra**. Tradução de Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 2001.

MCKENZIE, Stephen. Social sustainability: towards some definitions. **Hawke Research Institute**. Working Paper Series, n. 27. Magill: South Australia, 2004.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **L'intelligence de la complexité**. L'Harmattan: Montreal, 1999.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, 26 (74), 2012. p. 51 – 64.

STEIN, Ernildo. **Seis estudos sobre “ser e tempo”**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VALLANCE, Suzanne; PERKINS, Harvey C., DIXON, Jennifer E. What is social sustainability? A clarification of concepts. **Geoforum**, n. 42, 2011. p. 342 – 348.

Recebido em: 08/06/2018

Aprovado em: 11/03/2019

Editor Geral:
Dr. Leonardo da Rocha de Souza

Editores executivos:
Dr. Alejandro Knaesel Arrabal
Layra Linda Rego Pena